

## **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): NOVAS METAS E VELHOS DESAFIOS PARA INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO.**

Leia Mayer Eyng (1);  
*Universidade Federal de Santa Catarina*  
*leiamayer@gmail.com*

Vania Ribas Ulbricht (1);  
*Universidade Federal de Santa Catarina*  
*vrulbricht@gmail.com*

### **Resumo:**

O artigo apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e como estes estabeleceram metas para os países do mundo, visando criar uma agenda única até 2030. Inclusão e sustentabilidades são temas recorrentes que se apresentam no 4 (quarto) objetivo. Educar para inclusão e sustentabilidade são desafios, que requerem espaços diferenciados, profissionais capacitados, materiais apropriados e acima de tudo que possam significar para os sujeitos envolvidos. Assim conclui-se que os sujeitos, são fundamentais, para a formação do protagonismo social. Falar em um mundo sustentável, é garantir acesso, permanência e legitimidade a estes que formaram e ainda formam uma população marginalizada historicamente. As aplicações dos ODS somente se efetivarão se o compromisso se tornar efetivo por meio da educação. É esta, o grande divisor de águas para a construção do protagonismo e da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

**Palavras-chave:** ODS, Inclusão, Sustentabilidade, Educação, Protagonismo Social.

## 1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da educação e sustentabilidade na educação hoje, apresenta uma interligação de cenários que envolve escolas, alunos e comunidade escolar, que culminam na busca por resultados sustentáveis, sob o aspecto que considera: a economia, a tecnologia, os fatores ambientais e sociais. Este cenário, pondera a existência de uma sociedade que por meio da educação torna-se-á responsável e sustentável.

Esta discussão, no presente ensaio tem por objetivo proporcionar a reflexão sobre a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma forma de garantir a inclusão, a sustentabilidade mediada pela educação. De modo transversal, o tema media e ratifica a sustentabilidade no debate cotidiano por apontar a sustentabilidade como sendo um estopim que enseja a inovação pareada com controle de custos ao desenvolvimento, isso quer dizer: como fazer, fazer bem e com sujeitos protagonistas, no contexto atual e futuro.

Sob o aspecto educacional, educar para a inclusão e a sustentabilidade nos coloca um marco desafiador, em que, além do cenário ambiental outrora demarcado, hoje entende-se que a sustentabilidade perpassa à todos – espaço público e privado –, promovendo o questionamento sobre o ser social: o que somos, como somos, e de que forma contribuímos para um mundo sustentável.

Disseminar esta causa possibilita pensar a educação voltada a formar pessoas protagonistas no debate da sua própria existência, e que por meio da dela, possa-se ampliar as condições de vida da comunidade local, regional e nacional.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia para estudo proposto foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, numa abordagem qualitativa, com objetivo identificar a inserção os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma forma de garantir a inclusão, a sustentabilidade mediada pela educação, de modo transversal.

Incluir e educar são temas emergentes e estão inseridos nesse contexto de protagonismo social, especialmente pelo fato de seu escopo contemplar estratégias diferenciadas para o atual contexto, em metodologias ativas inovadoras, trazem na sua essência o processo de significação para o sujeito envolvido, considerando-o fundamental elemento ao processo de disseminação da informação e construção do conhecimento.

Desse modo, acredita-se que as discussões discorridas no presente texto contribuirão

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br  
[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

para mídia ativa e inteligente que processa informações e conhecimentos.

### 3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A discussão acerca da Educação Inclusiva hoje está alicerçada no desenvolvimento de objetivos que visam garantir para a toda a população do mundo uma vida com dignidade. Nesse sentido, é importante retomar que no ano de 2000, vários países juntos optaram por criar uma agenda de desenvolvimento, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM estavam baseados no combate à pobreza, na inclusão de crianças na escola primária, na redução da mortalidade infantil, no acesso a água potável, e no investimento para controle e tratamento de doenças como malária, aids e tuberculose. (ONU, 2018a).

Ampliada a discussão, na assembleia geral das Nações Unidas ratificou-se em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem como meta, concluir o que fora estabelecido pelos ODM, estabelecendo um compromisso entre Estados-membros e sociedade civil.

É importante pontuar que para este alinhamento a ONU (2018b), estabeleceu 17 Objetivos e 169 metas que englobou as temáticas de:

- a) erradicação da pobreza,
- b) segurança alimentar e agricultura,
- c) saúde,
- d) educação,
- e) igualdade de gênero,
- f) redução das desigualdades,
- g) energia,
- h) água e saneamento,
- i) padrões sustentáveis de produção e de consumo,
- j) mudança do clima,
- k) cidades sustentáveis,
- l) proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres,
- m) crescimento econômico inclusivo,
- n) infraestrutura e industrialização,
- o) governança,
- p) meios de implementação.



As temáticas foram organizadas, de forma explícita, tornando-as objetivos. Os ODS foram assim sistematizados pela ONU em 2015:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável ;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;**
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2018b, grifo nosso).

Ao pensarmos a Educação inclusiva, ratifica-se a importância de elementos da equidade e da garantia dos direitos humanos que embora já ratificados internacionalmente, ainda por vezes não atingem grupos vulneráveis.

Podemos destacar entre os vários acordos protetivos: a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (2001).

A defesa e a garantia de cidadania, das pessoas pertencentes a estes grupos considerados vulneráveis, se faz necessário uma vez que historicamente foram excluídos da

(37) 9322-9222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)



sociedade, negligenciados por seus grupos sociais e só mediante a organização social, e a luta pela criação de políticas inclusivas puderam ser ouvidos e visando o protagonismo social.

“O foco na inclusão está alinhado à defesa permanente pelo Brasil da participação plena e efetiva da sociedade na discussão e na implementação de políticas de desenvolvimento, com vistas inclusive à percepção equitativa de seus benefícios”. (BRASIL, 2018a)

Ao traçar um paralelo entre os ODM e os ODS, percebemos, que por um lado os ODS efetivamente têm como missão suprir alguns gargalos deixados pelos ODM. É genuíno que os ODM permitiram avanços para os países, todavia, não houve instrumentalização para que se mantivesse a continuidade dos direitos e dos processos inclusivos para os grupos considerados vulneráveis.

Este aspecto que limitou o impacto dos ODM deixou a margem da cidadania, desigualdades históricas, excluindo-as da busca pela equidade social isso numa esfera mundial.

Como desafio, os ODS são incluídos de modo transversal dos mais diversos segmentos sociais com destaque para escolas e universidades para o enfrentamento das desigualdades que são submetidos os diferentes grupos sociais com vista a garantia da equidade.

Assim, busca-se com os ODS, uma incorporação efetiva do conceito de igualdade de oportunidade e igualdade de resultados, o que cabe neste momento mais um adendo, já que o Brasil efetivamente precisa discutir os problemas estruturais que dificultam e limitam o acesso dos grupos, na perspectiva do alcance de resultados efetivos e eficazes, mesmo em situações em que as oportunidades estão “formalmente abertas a todas” as pessoas. (BRASIL, 2018a).

Minimizar por meio de políticas públicas, as desigualdades de resultados, vindo de um país como o Brasil que ao longo da sua história marginalizou e excluiu aqueles que o construíram por exemplo, requer um direcionamento voltado às diferenças salariais baseadas em condições de gênero, de raça ou de deficiência.

Ao retomar o 4 (quarto) objetivo das ODS, que “Assegura a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, estabeleceu metas que objetivam:

**4.1** Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

**4.2** Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

**4.3** Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

**4.4** Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

**4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos (grifo nosso)**

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (BRASIL, 2018b).

Ao analisar as metas propostas, percebemos que a educação requer novos espaços, novas formações e mediações, pois não é a mesma de 20 anos atrás. Hoje a educação amplia seu espaço social, uma vez que o meio ambiente na escola, ratifica o pensando de Vigotsky em que afirmava este espaço como voltado a um processo que envolve os sujeitos (e suas deliberações internas) e suas relações externas (ecossistema), que resguarda a capacidade do sujeito em significar no dia a dia as suas relações sociais.

Ao pensar a educação como instrumento à sustentabilidade - e claro de resignificação - neste cenário ampliado, é necessário se valer dos processos de aprendizagem que são delineados por vias do diálogo e que sustentam no seu discurso e no seu modo de fazer a possibilidade de criação. “Assim, a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada”. (JACOBI, 2003).

É este cenário singular e complexo, dos diversos ambientes organizacionais - incluindo a Universidade - que nos inserimos, aonde depara-se com os diversos projetos existentes - por vezes - deslocados, individualizados e simplificados e muitas vezes distorcidos da realidade social.

Se por oras indaga-se: como fazer? fazer bem? e por menos?, no contexto atual e futuro, isso posto, requer recuperar historicamente o debate sobre o conceito de

desenvolvimento sustentável. Ou seja, quando em 1972, esta temática fundamentava-se em pensar uma estabilidade econômica e ecológica, mediante a estagnação do crescimento populacional e industrial, evidenciando os limites das fontes de recursos dos países (MEADOWS *et al.*, 1972).

Paralelo a esta forma de pensar o desenvolvimento sustentável, havia uma crítica ambientalista sobre o modo contemporâneo de vida, em que julgava-se necessário uma sustentabilidade social, econômica e ecológica. No entender Herrero (1997) desta abordagem, “[...] além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência auto destrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza”. (JACOBI, 2003, p.3).

Sob este prisma, a sociedade em desenvolvimento se vê a mercê de pensar e executar práticas sociais, que ratifique e legitime o acesso a cidadania sob a perspectiva de totalidade.

Nas décadas decorrentes, há uma aproximação entre o pensamento economicista e ambientalista, evidenciado pelas profundas transformações que eclodiram em um espaço social comum degradado. Este fato, se torna prejudicial às organizações, bem como à população, principalmente nos grandes centros urbanos.

Salvaguardadas as devidas proporções, nos espaços rurais também ocorrem os impactos decorrentes da poluição do ar, da terra, dos rios, o que inviabiliza uma vida social produtiva e com qualidade de vida. Este cenário social, requer uma forma articulada de pensar o local e o global, diante dos fenômenos destrutivos (camada de ozônio, aquecimento global).

Evidentemente que a educação é o meio conceitual e prático que permite executar o que se denomina hoje de sustentabilidade. Pensar no emprego da Educação no dia a dia é acreditar que “diante da emergência das crises sociais e ambientais, [...] o seu papel também esteja à capacidade de promover mudanças na sociedade”. (CONSTANTINO, 2011).

No espaço escolar, é por meio de práticas educacionais que a sustentabilidade se ratifica como um tema transversal se pensar a formalidade dos planos de ensino. No entanto, efetivamente, é algo que deve extrapolar os processos interinstitucionais, que perpassa o processo de gestão, o fazer administrativo, debate intelectual e o desenvolvimento de prática de extensão e de pesquisa éticas do cenário social.

Neste ensejo de uma educação socializadora, a escola nos seus diferentes níveis e família, ambos inseridos no contexto social focam-se em um processo de mudança responsável, incorporados à vida cotidiana dos protagonistas sociais.

Dessa forma então a educação é ponto chave para o início de um trabalho visando a ‘real sustentabilidade’; aquela que leva em consideração a valorização do ser humano,

(83) 3322.3222  
contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

o desapego, a forma com que as pessoas interagem entre si e o meio em que vivem, visando sempre a busca por uma sociedade mais evoluída. (CONSTANTINO, 2011).

Pensar a inclusão e sustentabilidade é pensar hoje na realidade por vezes incerta, mutante, ágil, flexível que desencadeia a busca por saberes associativos que produzam eficiência, eficácia e efetividade nas ações coletivas de forma solidária e comprometida com um projeto viável à humanidade.

Com efeito Jacobi (2003) esclarece que é “na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que se criam identidades, valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes”.

Com essa necessidade de diálogo, a internet e suas múltiplas redes sociais convergem para complementar o debate social, aproximando protagonistas, denunciando injustiças, fertilizando ações, deliberando comportamentos.

Tamaio (2011), se converte em ratificar esta, como “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”.

Nesta perspectiva, cabe a inserção do professor na esfera educacional como mediador da proposta de Educação, Inclusão e Sustentabilidade, temática assim vista como emergente, vasta e complexa e que carece corriqueiramente de contextualização nos espaços educacionais.

Ao evocar o papel do educador Jacobi (2003) ratifica que este “[...] tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza”.

Não há um modo ou um modelo ideal quando se pensa educação, inclusão e sustentabilidade, mas há sim, um processo que eclode em fatores fujantes e colaborativos entre o modo de viver das culturas e modo de ser das organizações, mediados por professores e construído por protagonistas sociais.

### **3 CONCLUSÃO**

Ao concluir a discussão sobre a sustentabilidade como um processo mediado pela educação, evidenciou-se, no presente ensaio a necessidade de permanecer formalizando e executando ações cooperativas que mobilizem os diversos cenários locais, regional, nacional.

É importante afirmar que a inclusão e a sustentabilidade não se constrói em espaços isolados. Esta somente se legitima quando os protagonistas sociais adquirem consciência do seu modo de fazer e como fazer, não deslocando os ODS para o plano governamental somente, mas

trazendo-os como pratica cotidiana nos diferentes espaços e contexto sociais. Ratificando propostas educacionais mediadas por uma proposta interacionista com sujeitos protagonistas seja no espaço forma ou não de educação.

No que concerne ao espaço formal da educação, o marco desafiador se solidifica, por credenciar ao professor, a função de instigar e mediar a necessidade se legitimar um debate exaustivo sobre como praticas inclusivas, sustentáveis que promovam a qualidade de vida no contexto contemporâneo, garantido um cenário propicio ao futuro da humanidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Itamaraty. **Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores Da Posição Brasileira.** Disponível em <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf)>. Acesso em 03 ago.2018a.

BRASIL. Itamaraty. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em 03 ago.2018b

CONSTANTINO, Antonio Carlos. **O papel da educação na busca da sustentabilidade.** Disponível em: <[http://www.ici.curitiba.org.br/Multimedia/Documento/Artigos/ArtigoMBA\\_Antonio.pdf](http://www.ici.curitiba.org.br/Multimedia/Documento/Artigos/ArtigoMBA_Antonio.pdf)>. Acesso em 02 jun. 2011.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa.** Rio de Janeiro, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

MEADOWS, D. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

ONU. Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 03 ago.2018a.

ONU. Nações Unidas. **Rumo à agenda de desenvolvimento sustentável.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em 03 ago.2018b

TAMAIIO, Irineu. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental na Serra da Cantareira e Favela do Flamengo.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000195821&fd=y> Acesso em 02 jun. 2011.